PROPOSTAS PARA CONTER AS INUNDAÇÕES NO RIBEIRÃO DO CARMO – MARIANA, MINAS GERAIS (1745-1747)

Tercio Voltani Veloso

Universidade Federal de Ouro Preto

RESUMO: O presente artigo pretende apresentar as obras que foram apresentadas no plenário da Câmara de Mariana com o objetivo de controlar as frequentes inundações do Ribeirão do Carmo, que corta a Cidade. Com o assoreamento do leito do Ribeirão, em decorrência dos desmontes praticados pelos serviços minerais em suas margens e morros contíguos, as inundações do ribeirão se transformaram em objeto de discussão na Câmara e algumas soluções foram apresentadas. O artigo se propõe a apresentar as obras que foram propostas na Câmara, ainda que nenhuma delas tenha sido levada a cabo, com intuito de observar as formas que os homens pretendiam para solucionar o problema das enchentes no Ribeirão do Carmo; problema esse um tanto quanto ambíguo, pois o assoreamento do ribeirão era fruto exatamente da extração do ouro.

Palavras-chaves: Minas Gerais, Mariana, Câmara Municipal, mineração, enchente

ABSTRACT: This article aims to present the works that were presented in the City Council of Mariana in order to control the frequent flooding of Ribeirão do Carmo, which bisects the city. With the silting of the Ribeirão, due to the takedowns services charged by minerals in their banks and hills adjoining the flood became the subject of debate in the Council and some solutions were presented. The article aims to present the works that were proposed in the Council, though none has been brought to be done, in order to observe the ways that men wanted to solve the problem of floods in Ribeirão do Carmo, problem that was somewhat ambiguous because the silting of the river was exactly the result of the extraction of gold.

Keywords: Minas Gerais, Mariana, City Council, mining, flood

De acordo com o historiador Diogo de Vasconcelos, as bandeiras paulistas de Miguel Garcia e do Coronel Salvador Fernandes Furtado descobriram e tomaram posse do ribeirão, rico em ouro, que batizaram *Nossa Senhora do Carmo* em 16 de julho de 1696. O primeiro povoado foi erigido na região nomeada de *Mata-Cavalos*, onde se levantou uma capela em louvor a Nossa Senhora do Carmo. Com a notícia do descobrimento de jazidas de ouro na região sendo divulgada e o incentivo da Coroa à exploração, não demorou para que esse primeiro povoado crescesse consideravelmente. Após requisição feita em 1698 pelo Coronel Salvador Furtado, em 1701, o bispo do Rio de Janeiro fundou a paróquia na capela do Carmo e nomeou para pároco o padre Manuel Brás Cordeiro.¹

Contudo, devido aos períodos de carestia de alimentos em geral, conforme relatou Antonil, em *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, o povoado de Mata-Cavalos foi abandonado duas vezes, a primeira entre 1697 e 1698, e depois entre 1701 e 1702. Após esse segundo período, permaneceram Manuel da Cunha, com cabana localizada próxima a foz do córrego Lavapés, hoje córrego do Seminário, e Francisco Fernandes, que fundou *Vamos-Vamos* ao norte de *Mata-Cavalos*.² Em 1703, Antônio Pereira, fundador do povoado homônimo, adquiriu os bens de Manuel da Cunha e fundou “logo ao pé de sua casa, ou pouco acima, no planalto uma ermida consagrada à Nossa Senhora da Conceição”³, onde (re)nasceu o povoado denominado *Arraial de Baixo*, em contraponto ao *Arraial de Cima* ou *Mata-Cavalos*.

Fundada oficialmente em 1711, enquanto vila e unidade administrativa, o arraial do Ribeirão do Carmo já se encontrava ocupado desde os últimos anos do século XVII. A partir dos acampamentos iniciados pelos exploradores Salvador Furtado de Mendonça e Antônio Pereira, a vila tomou forma seguindo o leito do ribeirão que partilhava do mesmo nome. A Vila do Carmo em seus primeiros momentos tinha a morfologia longitudinal, alongada acompanhando o curso d’água e os caminhos que por ali passavam, conforme apontaram muitos historiadores⁴.

A primeira casa de Câmara instalou-se na casa de Pedro Frazão, na rua Direita de Mata-Cavalos, próximo ao largo da Quitanda. A criação da Vila representa um primeiro esforço de imposição da estrutura administrativa portuguesa. A demarcação do *rossio* – as terras públicas da Câmara –, apesar de sua definição se arrastar durante os primeiros anos do século XVIII, foi fruto, basicamente, da doação de um pedaço da terra (uma légua em

quadra) por Antônio Pereira, que recebeu em troca a posse hereditária do cargo de escrivão da Câmara⁵.

Os símbolos do poder, que se espalhavam pela cidade eram a Casa de Câmara e Cadeia, o pelourinho, símbolo máximo da justiça, e os templos do Carmo e da Conceição, objetivando fazer presente o rei e sua Igreja na distante povoação da América.⁶ A capela da Conceição, fundada pelo mesmo Antonio Pereira, escolhida como Igreja Matriz, foi reformada e ampliada entre 1712 e 1718, denunciando uma primeira mudança no eixo de crescimento da população de *Mata Cavalos* para o *Arraial de Baixo*.

De trás da Matriz, no limite do *rossio* foi construído o Palácio de Assumar (1715-1717), em uma localidade ainda sem arruamento. Seguindo dali, o largo em frente (na época *Largo da Cavalhada*, hoje Praça Gomes Freire) foi frequentemente utilizado para festas profanas, recebendo ao longo desses quase três séculos várias denominações, constituindo um importante espaço de sociabilidade marianense. A rua onde se instalou a Casa de Fundação (1734), paralela à rua que passava na lateral da Matriz, tendo ao meio o Largo da Cavalhada, denominou-se Rua dos Cortes⁷, que se prolongava até o morro da força. Nessa época, a vila ainda conservava a aparência de arraial com o “correr de ruas mal delineadas, tortuosas e inconstantes na largura, de pequenas travessas, de terrenos que parecem escorregar desalinhadamente”.⁸

As primeiras transformações ocorreram no Largo da Matriz, que tomou uma forma quadrangular e abrigou os primeiros prédios públicos e o pelourinho. No caminho de fora, rua lateral à Matriz, instalaram-se, anos depois, a casa dos juízes-de-fora e Casa da Intendência que deu nome à rua. Seguindo a tradição secular portuguesa, a *Rua Direita* foi transferida para perto da Matriz, onde na época existia apenas um caminho conhecido como “caminho de cima”.

Parte significativa das transformações na morfologia urbana da Vila do Carmo no século XVIII foi ocasionada pelas tentativas de controlar as destruições causadas pelo ribeirão do Carmo. Segundo aponta Claudia Damasceno Fonseca, a utilização de técnicas rudimentares na mineração, especialmente no momento que essa sai do leito dos rios para alcançar os morros, trouxe inúmeros problemas no que diz respeito à exploração predatória do terreno⁹.

A necessidade de desviar cursos d'água para se fazer os desmontes dos terrenos e mais a prática de queimadas, que visava facilitar a exploração do terreno, acabava tirando a camada natural de vegetação, abrindo espaço para a atuação dos efeitos erosivos sobre o terreno.¹⁰ Como veremos, o assoreamento do leito do Ribeirão do Carmo foi, então, o principal problema que moradores tiveram que enfrentar; problema este de difícil solução, uma vez que a prática de desmontes era a forma mais comum e mais utilizada nos serviços minerais.

As enchentes eram freqüentes desde a década de 1730, trazendo sempre à tona a preocupação com a ordenação urbana. A partir de documento exposto por Denise Tedeschi em estudo sobre as águas na Vila do Carmo/Cidade de Mariana, é possível perceber a preocupação dos camaristas com os “excessos” do ribeirão:

No ano de mil setecentos e trinta e sete experimentaram os moradores da principal Rua dessa vila com a inundaçãõ do Rio, chamado Ribeirão do Carmo, ocasionando da ruína de um cerco, que a defendia dessas enchentes fazendo se lhe despenderem doze mil cruzados para o seu reparo, ameaçando novamente mesma ruína com maior dificuldade para se poder evitar, pois se achava o Rio mais [altiado] do que a mesma Vila.¹¹

Segundo interessante percepção de Denise Tedeschi, a povoação às margens do Ribeirão do Carmo experimentou dois momentos distintos em relação às águas: “proximidade” e “fuga”. Nos anos iniciais de sua formação, o arraial do Carmo, posteriormente Vila do Carmo, se estruturava às margens do ribeirão, seguindo seu curso alongando-se longitudinalmente junto com o curso d'água. Todavia, as cheias do Ribeirão do Carmo, em muito causadas pela degradação em suas margens ao longo de 30 anos de exploração aurífera em seu leito e morros contíguos, fizeram com que os moradores buscassem segurança em áreas mais afastadas dos “excessos” do ribeirão, em ações capitaneadas, na maioria das vezes, pela Câmara de Vila do Carmo.¹²

As ações do Senado frente aos transtornos causados pelas águas tomaram, então, duas frentes. A primeira se refere às obras para cercar e conter os excessos do rio. A segunda, incorporando terras mais afastadas do rio para construção de novos equipamentos urbanos, fora do alcance do Ribeirão do Carmo. As dificuldades impostas nos combates às enchentes acabavam, portanto, servindo como justificativa para a solicitação de novas terras junto ao rei para a ampliação da *urbe*.

Alguns documentos conservados no Arquivo Histórico Ultramarino nos dão uma dimensão dos esforços despendidos pela Câmara de Vila do Carmo/Mariana na ordenação do espaço urbano nos anos da década de 1740. Os inúmeros problemas que se seguiam de muitos anos de exploração aurífera predatória no leito, nas margens e nas encostas do Ribeirão do Carmo agora refletiam sobre grande parte da população. O assoreamento do leito do Ribeirão, decorrente do que se denominava “entulhos” dos serviços minerais, fez com que este tomasse gradualmente o espaço ocupado pelas casas construídas em suas margens pelos primeiros moradores. A principal rua – a então Rua Direita – da Vila do Carmo havia sido quase totalmente tragada pelo elevado leito do Ribeirão e, caso nada fosse feito, em pouco tempo estaria tomando outras partes da povoação.

Por outro lado, os oficiais passaram a solicitar ao rei o direito de ocuparem terras que ficavam mais afastadas do curso do ribeirão. A parcela visada correspondia ao terreno que era utilizado como pastos pelo Quartel dos Dragões, nos contrafortes da Igreja da Conceição, futura Catedral Sé do bispado. Erguido na década de 1720, os quartéis encontravam-se inabitados e os pastos sem uso, uma vez que a tropa havia sido transferida para Vila Rica, sede da capitania.

Pretende-se, então, nos limites desse artigo, demonstrar as propostas das obras que foram debatidas nas sessões da Câmara. Muito embora essas obras não tenham sido executadas, uma vez que os camaristas optaram pela segurança de ocupar um espaço de topografia mais elevada frente ao rio, são importantes para percebermos as formas que os homens daquele tempo e naquelas tais condições tinham em mente para solucionar o problema do assoreamento do leito dos rios, conseqüência direta dos próprios serviços minerais.

As obras propostas na Câmara

Uma representação da Câmara de Mariana, escrita por volta de 1745 acerca dos prejuízos que eram causados pelos serviços dos irmãos Antônio Botelho e João Botelho, serve para ilustrar os problemas que os moradores enfrentavam com as enchentes. Desde 1743, os camaristas de Mariana reclamavam da destruição e dos prejuízos causados pelos serviços de minerar dos irmãos, ocupando a praia do ribeirão, ao pé da cidade. A proximidade dos serviços com o equipamento urbano e as destruições daí advindas eram as principais queixas dos oficiais da Câmara, para que se tomasse providência de proibir os tais serviços de minerar.

Representamos a Vossa Majestade que o dito Antonio Botelho e seu irmão João Botelho de Carvalho tem hum serviço de minerar na praia do Rio chamado Ribeirão do Carmo ao pé desta cidade a qual provem todo o dano da sua inundação do dito serviço sendo que este não está em paragem que pudesse o Guarda-mor das terras minerais conceder ali cartas de datas, porquanto as ditas foram de Antônio Pereira Machado, que fez [deixação] delas para se fundar a Vila que Sua Majestade agora se dignou exaltar a cidade.¹³

De acordo com os oficiais da Câmara, os serviços dos irmãos Botelho estavam em terras onde não era permitida a concessão de datas minerais, exatamente pela sua proximidade da povoação, de tal modo que as terras onde mineravam estavam dentro das terras que outrora pertenceram a Antônio Pereira, doador do primordial patrimônio da capela da Conceição. Por essa razão, seguida dos prejuízos sobre a povoação proveniente dos desmontes da mineração, os camaristas exigiam que quaisquer serviços instalados na praia ao pé da cidade fossem retirados e impedidos de retornar ao local.

E assim por este principio, como pelo inevitável prejuízo, que o dito serviço faz a esta cidade já pelos desmontes que para ela encaminha o dito Ribeirão, e já pelo impedimento que faz a continuar-se o desvio do mesmo Rio e o cerco, ou outra obra que para reparo desta povoação se necessita fazer, (...) suplicamos a Vossa Majestade pela sua Real Grandeza seja servido mandar-nos passar provisão para que o dito Antonio Botelho e seu irmão, ou quaisquer outros sócios que tiver, levantem o dito serviço da praia, e o não tornem [acentar] na dita paragem.¹⁴

Segundo os oficiais da Câmara, decidindo dessa forma, o rei estaria protegendo a vila e não traria prejuízos aos mineradores, “pois tem outras muitas terras em que extrair o ouro sem dano desta povoação.”¹⁵ Esse exemplo mostra como a Câmara da Vila do Carmo enfrentava seriamente os perigos das enchentes do rio. Contudo, a forma de extração acabava fazendo com que os processos erosivos vertessem terras para o leito dos rios, através da prática de desmontes nas margens e morros contíguos aos cursos hidrográficos. Nesse passo, mesmo as ações preventivas da Câmara, como a construção de cercos ou tentativas de impedir que os mineradores instalassem serviços nas proximidades das povoações, não foi possível impedir que os moradores da Vila do Carmo, depois Cidade de Mariana, enfrentassem gravíssimos problemas frente às cheias do Ribeirão do Carmo.¹⁶

As discussões na Câmara acerca das obras para evitar as enchentes do Ribeirão do Carmo tiveram em pauta entre os anos de 1730 e 1750. Nesse artigo, apresento obras que foram discutidas, contudo, reprovadas ou tidas como inatendíveis pela Câmara. O intuito é

demonstrar algumas formas pensadas pelos homens de Vila do Carmo para enfrentar o problema das enchentes, matéria esta já trabalhada por Denise Tedeschi.¹⁷

Em documento encaminhado ao Conselho Ultramarino em 1745, os vereadores apontavam que seria inatendível a execução das obras para conter o Ribeirão do Carmo. Entretanto, mesmo com a incapacidade de levar a cabo tais obras, duas propostas de obras são relatadas pelos vereadores, e nelas pode-se, então, investigar a pretensão de cada proposta.

Nos meados de agosto de 1745, os vereadores apresentavam em Câmara uma possível obra que seria feita para diminuir a vazão do Ribeirão em sua chegada à cidade erguida em suas margens. A proposta pretendia, em primeiro lugar, uma forma de represar o rio com a construção de “grande [lago] e tanque que há de premeio”¹⁸ antes da entrada das águas na cidade. Pretendiam também construir “uma ponte sobre quatro esteios e [forrados] seus lados de tabuas de braúnas ou pedra para que as enchentes do córrego passem sem dano da terra”.¹⁹

Além disso, seria necessário construir “aterro que tenha setenta palmos de largo no pé embaixo e venha a acabar em cima em vinte também de largo”.²⁰ A altura do aterro seria de 25 palmos, a partir da altura em que se encontravam as águas do Ribeirão naquela época. Na tal planície que pretendia fazer a partir do aterro,

se atravessará de dez em dez palmos com [baldrames] de braúna de boa grossura; e de hum lado e outro dos quinhentos palmos que tem de comprido o aterrado, da mesma sorte correrá engradado nos ditos [travesons] de baldrames, [rexaes²¹] da mesma capacidade do mesmo pau, engradados neles para nestes travesons e rexaes se [firmar os tais] do guarda-mão ou parapeito que há de levar de hum e outro lado em todo o seu comprimento até unir-se com a ponte do córrego e saída para a praça desta Cidade em largura de dezesseis palmos entre parapeito e parapeito, como tem as mais pontes, tudo de braúna seguro.²²

Para garantir a segurança da obra, os vereadores vislumbravam utilizar paredes calçadas de pedra em toda a sua extensão, com o intuito de não ter movimento entre os baldrames. A obra previa uma pequena parede de pedra “em altura de sete palmos, unido ao mesmo aterrado em todo o seu comprimento que é uma e outra de mil palmos para maior segurança do pé e alicerce desta obra”.²³

Essa obra recebera o sugestivo nome de “ponte segura” e já tinha até o arrematante, o Coronel Gonçalo Ferraz Furtado, que pretendia fazê-la ao custo de “doze

mil e quinhentos [cruzados]”²⁴ e finalizá-la em sete ou oito meses. Todavia, o prazo para execução da obra é que se tornaria um grande empecilho na opinião dos camaristas. Começando em agosto de 1745, com o prazo estabelecido pelo arrematante, a obra avançaria, na melhor das hipóteses, até março ou abril do ano seguinte, ou seja, passando exatamente pela época das chuvas – entre novembro e fevereiro – e da cheia dos rios e ribeirões na região.

Para os oficiais da Câmara, então, esta obra era inexecutável. Fazer com que o rio cortasse o Morro de Sant’Anna e indo desaguar nas proximidades dos Monsus tinha “gravíssimas dificuldades e grandes despesas, e muita pouca utilidade.”²⁵ As dificuldades se impunham pela própria geografia da região, que tornava o rio muito caudaloso e voraz, obrigando a obra a ser feita com material forte o suficiente para resistir aos excessos do Ribeirão. Porém, para tanto, precisariam de tempo, de que não dispunham em vista da proximidade da próxima estação de chuvas, e de grande aporte financeiro da Coroa lusitana.

“As dificuldades são que é mais certo que duvidoso o achar dureza de pedra [que passarão] no centro daquele corpo, que senão sustentam senão em semelhantes alicerces, o que senão pode [obrar] senão com braço Real e largos anos. E sua fortuna despesas matéria menos sólida que com os grandes desmontes é o mesmo que aumentar a febre com remédios quentes ou multiplicar os entulhos [] tão grande brexa sobre o Rio tão vizinho que he a [] de nossa Cidade.”²⁶

A força das correntes e a proximidade do rio da Cidade era o que tornava muito onerosa e difícil a tal obra, e também pelos desmontes causados pelos serviços minerais. Mas, além disso, era importante considerar as despesas, pois se já eram grandes pela própria obra, se fariam ainda maior pelas “casas e bem feitorias que na grande largueza de que carece se há de abranger o lago.”²⁷

Ainda seria necessária a construção de uma ponte sobre o local onde pretendiam passar o rio, “para a serventia dos moradores daquela parte”, ao mesmo tempo em que seria impossível interromper os desmontes de terras, frutos da própria atividade mineradora. Dessa forma, na opinião dos camaristas, “a utilidade será nenhuma [porque] desembocado o Rio na mesma praia em que desemboca agora e aumentando os entulhos como se esperam, precisamente há de subir para o mais baixo que [] a parte da Cidade.”²⁸

Da mesma época, agosto de 1745, pode-se encontrar descrição do que parece ser outra obra para solucionar os problemas das enchentes em Mariana. Nesta obra, também

estava previsto a construção de um grande cerco para amenizar a corrente do rio e fazê-los correr mais calmo sobre planície onde se fundaram a Vila do Carmo, agora Cidade Mariana. Os proponentes dessa obra afirmavam ser a melhor opção para as necessidades dos moradores da cidade, “em razão da necessidade pronta que está a vista com a vizinhança das águas, se faz preciso socorrer com prontidão o perigo que ameaça com obra que se possa vencer em 3 ou 4 meses.”²⁹

E assim deve principiari o cerco no [fecho] mais apertado que tem acima da ponte por detrás das casas do nobre senador Antonio Mendes da Costa, principiando a primeira estaca encostada ao morro na ponta que faz e vira correndo a parte exterior do cerco direito ao meio da ponte, pela Cruz das Almas e dahi mais abaixo irá dando hum [de qui] a ganhar a volta até passar a ponta que faz o Caminho dos Monsus, a qual ponta será serciada (sic) até o caminho para melhor se encaminhar o Rio como também a que faz debaixo da ponte e acima dela, e passada a volta endireitará o cerco e fechará a ponta do morros vai por detrás das casas do Mestre de Campo Agostinho Dias abaixo até donde da mesma volta do cerco se descortina a ponta e volta do mesmo morro deixando só abertura entre o morro e o cerco para passagem dos córregos da [Cidade]. Este cerco terá trinta palmos de pé no seu princípio até o fim, de largo, e doze de alto.³⁰

Para fortificar a estrutura do cerco, pretendiam enchê-lo com “ramos, terra e areia do mesmo Rio [comgrotinado] uma coisa com outra”.³¹ Para tal, o cerco teria em sua largura quatro andaimos de foram a fazer entre eles três vãos para se encher com a matéria “congrotinada”, “por que se a violência do rio se romper o primeiro o que se não espera, resista o segundo e o terceiro.”³² Levaria, também, a cada dois palmos, “estacas de pau de mato virgem com 15 palmos de comprimento”³³, onde seriam colocadas a matéria para dar firmeza ao cerco, sendo que cada uma dessas estacas deveriam ser enterradas pelos menos 8 palmos na terra.

Na montagem do cerco, deveriam atentar então para que, em seu princípio, fossem “mais fortes e mais juntas as estacas carregando a camada de fora daquela parte também com pedra [avulcará] entre os ramos junto com a congrutinação de terra e areias para melhor [alamar] a fortificação.”³⁴ Para a última camada, “se carregará de toda sorte de pedra por cima para melhor alamar e resistir e não desfazer-se ainda que sobre alguma água por cima e nesta forma fica o cerco com fortidão e largura”.³⁵

Infelizmente, não foi possível encontrar o parecer dos vereadores sobre a utilidade e possibilidade de execução desta obra. Entretanto, aí estão representados alguns esforços da Câmara na tentativa de colocar o espaço urbano da agora Cidade Mariana. Com o perigo

das enchentes e eminente necessidade dos moradores, os oficiais estavam sempre colocando em pauta e debatendo as melhores possibilidades para acomodar a cidade. E não eram só os oficiais da Câmara que estavam envolvidos nesses debates sobre as obras necessárias para conter o Ribeirão do Carmo.

Alguns homens de boa estirpe da localidade procuravam propor obras para sanar o problema das cheias do Ribeirão do Carmo, vislumbrando a possibilidade de bons ganhos através do serviço prestado. Esse foi o caso dos capitães de ordenanças Manuel Cardoso Cruz e Manuel Teixeira Chaves, que em 25 de Setembro de 1745 encaminharam diretamente ao rei uma proposta com o que diziam ser “a melhor forma de se evitar as inundações da cidade, causadas pelas cheias do ribeirão do Carmo.”³⁶

Os Capitães de Ordenança da Cidade Mariana, Manoel Cardoso Cruz e Manoel Teixeira Chaves como naturais e moradores dela [cientes] da continua inundaçãõ, que lhe faz o Ribeirão chamado do Carmo, com o [arrojo] de suas águas e como que vai pondo aquela cidade nos termos de em mais breves anos vir a perder o feliz nome, a que Vossa Majestade, por sua Real grandeza quis exaltar a Vila do Carmo, como de Cidade Mariana.³⁷

Os dois homens se postavam, então, perante o rei como naturais e moradores do Ribeirão do Carmo e, por isso, conhecedores dos contínuos prejuízos que traziam as recorrentes inundações, de tal modo era arriscado que em pouco tempo a localidade viesse a perder o honroso título de cidade outorgado por Sua Majestade. Nessa medida, os capitães se colocavam como leais vassalos do rei, pretendendo como tais, além de evitar a ruína da povoação e o dano a que se expunham os moradores, exaltar a honra e glória da Coroa lusitana.

Procurando, primeiro, esclarecer a situação em que se encontrava o Ribeirão do Carmo frente à Cidade Mariana – também de outras povoações menores como São Caetano e São Sebastião – os dois vassalos partem de uma descrição “geográfica” da região, fornecendo a explicação para a voracidade do rio. Ajudado pelo escarpado terreno,

Da serra e morro chamados do Ouro Preto em várias fontes da parte do Norte nascem as primeiras águas, que dão principio do Rio chamado Ribeirão do Carmo, o qual do seu nascimento recebendo as que se lhe ajuntam corre o espaço de duas léguas precipitado por entre montes de despenhadeiros com tal velocidade que tudo quanto recebe leva soberdamente (sic) consigo, e finda com pouca diferença a dita distância começa a sossegar em uma estreita planície, em a qual nas margens do dito Rio foi fundada a Vila do Carmo hoje Cidade Mariana, daqui corre o mesmo mais o espaço de cinco léguas, sempre por igual planície até onde

tem uma pequena cachoeira ou salto e chamam as lavras velhas, recebendo as águas, que de uma e outra parte se lhe ajuntam dos montes, e deixa nesta distância própria a dita Cidade e depois de dois arraiais ou lugares chamados São Sebastião e São Caetano povoações inferiores a dita Cidade fundaram os primeiros moradores junto das águas do dito Rio.³⁸

De acordo com o exposto pelos proponentes da obra, muitos dos moradores, tanto da Vila agora Cidade Mariana como também dos povoados menores, não contavam com o fato de que o rio iria se encher de areia vindo a correr a mais de 50 palmos de seu leito original. Na cidade de Mariana, a situação era bastante grave, pois além de já ter enterrado as pontes mais baixas, já haviam levado “três partes das casas que fizeram os primeiros moradores” e atualmente corria junto às casas da Câmara. Pior que isso era a previsão feita: “em dez anos entrará na Matriz Catedral, Palácio e Intendência, e nas mais que naquele nível estão”.³⁹

Tudo isso tinha como causa o assoreamento do leito do Ribeirão do Carmo, proveniente dos desmontes feitos pelos serviços minerais, que, após se iniciarem no leito do ribeirão, ainda na primeira década do século XVIII já vertiam para as margens e os morros contíguos. No ritmo que se seguia, o ribeirão levantava cerca de 4 palmos a cada ano.

O que procede de todos os dias se moverem as terras da dita serra, e montes para se desentranhar o ouro delas, umas a força do braço, outras por indústria com as águas dos mesmos montes, que nos invernos levam quantidade de terra ao dito Rio, que o fazem levantar cada ano o melhor de quatro palmos, do que procede o dito prejuízo.⁴⁰

Os proponentes da obra se mostram também cientes da dificultosa situação e do grande empenho que seria necessário para reverter o processo de assoreamento do Ribeirão do Carmo. Desviar o rio, ou atalhá-lo como diziam, seria impossível, restando como única alternativa revirar os entulhos que estavam depositados no leito do rio, fazendo-o voltar a correr em seu leito original, do que precisariam então de grande extensão de terra, além, obviamente de recursos financeiros que não estariam ao alcance nem do Senado nem de todos os moradores juntos.

Sem que para o atalhar possa haver remédio, só de o rebaixar virando as ditas areias e mais entulhos para correr a água do Rio, por onde antigamente corria, mas como para se efetuar esta obra carece do comprimento de cinco léguas, e de fundo nas partes principais na frente da dita Cidade a menos de vinte, ou trinta palmos, mostra ser impossível não só as rendas do Senado desta, mas ainda as posses de todos os

moradores da vizinhança dela, e só poderia conseguir se com uma grande despesa da Real Fazenda de Vossa Majestade.⁴¹

Entretanto, os dois capitães afirmavam conhecer um modo de tornar a tal obra viável, “persuadidos de uns instrumentos que inventaram com os quais se lhe facilita ajudados deles a dita obra.”⁴² Muito embora não detalhassem o tal invento, acreditavam que em um ano depois de iniciada a obra, o rio não agrediria mais a cidade, lhe tomando as terras, ao contrário,

antes largue grande parte ou todas as que tem para os moradores se utilizarem delas, e rebaixadas que sejam as ditas áreas vinte palmos, ou mais, se poder ser e for necessário advertiam hum meio para se conversarem naquele estado por muitos anos a custa só de uma pequena despesa anual do Senado da mesma Cidade.⁴³

Na tentativa de persuadir o rei a apoiar a sua causa, afirmavam também que não moviam tal esforço por interesse próprio, mas sim, evocando os temas do bem público, afirmavam o faziam pelo bem comum e honra da povoação que Sua Majestade quisera exaltar com o status de cidade e, conseqüentemente, conservá-la. Para tanto e em razão de seu esforço, pediam somente uma ajuda para a dita obra, que eram “os foros que se pagam ao Senado da dita Cidade das terras, que se tem aforado, e aforarem de casas feitas, e das que se fizerem dentro da sesmaria sem prejuízo da extração de ouro”.⁴⁴ Queriam também garantir que, enquanto estivesse a cidade livre das inundações, esses rendimentos fossem passados aos próprios ou aos seus herdeiros, o que, segundo os mesmos estimavam, importariam, com pouca diferença, seiscentos mil réis a cada ano.

A lista de pedidos para executar tal obra continuava. Os proponentes solicitavam também que ficassem sobre seu direito as terras que ficariam livres do rio, onde acreditavam ainda ser possível encontrar boa pinta de ouro, que, sem o rebaixamento do rio, estavam inúteis e impedidas. Além disso, pediam também que faisqueiros não praticassem a extração enquanto a obra tivesse andamento, para não atrasar o seu percurso, fazendo que com breve tempo o trabalho nessas faisqueiras fosse mais fácil e rentável.

Porque sem embargo que hoje sejam muito poucos pela limitada conveniência que fazem, poderão acudir muitos pela melhor que recebem da dita obra, que fará mais fácil as faisqueiras, que senão podem permitir, enquanto se anda com ela, por não a inficionarem e atrasarem o serviço que nela se anda fazendo.⁴⁵

Por fim, solicitavam auxílio também para a mão-de-obra que deveria ser utilizada na tal obra, pedindo lhes fossem fornecidos escravos e também aqueles “assim pardos, como

preto forros ou cativos, que por crimes merecerem degredos lhe sejam dados para trabalharem na dita obra”.⁴⁶ Finalmente, explicitavam o porquê de não terem encaminhado essa pretensa obra ao conhecimento dos oficiais da Câmara de Mariana, segundo os quais, “estes lhe [taxam] e não levam em conta algumas despesas de bem público, não podem o dito Senado consentir no pedido pelos sobreditos sem especial ordem de Vossa Majestade para bem e amparo de seus vassalos”.⁴⁷

Contudo, o rei não pareceu muito disposto a contar com o tal invento que os capitães Manuel Cardozo Cruz e Manuel Teixeira Chaves diziam ter para tornar viável a obra no leito do Ribeirão do Carmo, ou ao menos não achava justificada a posição dos vassalos, trazendo exigências tão claras e poucos detalhes sobre a obra que pretendiam. Além disso, o próprio descaminho burocrático da solicitação dos vassalos, sem passar ao conhecimento dos oficiais da Câmara, pode ter dificultado ainda mais as coisas para aqueles que se apresentavam como fiéis vassalos e tão prestimosos de serviços para a Coroa Portuguesa.

Ademais, o rei já parecia inclinado a escolher a opção de fazer novos assentamentos nas terras dos pastos, requeridas pela Câmara, em virtude das comodidades que se apresentavam. Transmudar a povoação para um local fora dos excessos do Ribeirão parecia mais certo e duradouro do que realizar obras dispendiosas e incertas no leito do rio para evitar a ruína completa da localidade. Colocar-se longe dos perigos das inundações, de alguma forma domesticando as águas que margeavam a cidade episcopal, era o objetivo que os envolvidos com a reformulação de Mariana deviam ter em mente.

A situação que se colocava aos camaristas era o insucesso no combate dos excessos das águas, que ano após ano, traziam gastos em obras que não resolviam o problema como era esperado. Por outro lado, a ocupação das terras dos pastos se colocava como uma alternativa duplamente rentável, pois afastaria a vila/cidade do rio, ao mesmo tempo em que a Câmara poderia compor suas receitas através do aforamento de parcela de terras⁴⁸.

*

Conforme demonstrado, as reformas necessárias e os debates sobre a forma de interferência na Vila do Carmo se juntavam oportunamente com a necessidade de escolher uma localidade condigna para receber o título de cidade, elevando-se na hierarquia dos

lugares no contexto político das Minas Gerais em meados do século XVIII; contexto político este, aliás, que não se pode desconsiderar na pontual escolha de Vila do Carmo para passar a condição de cidade. Na forma de governar adotada pelos governantes lusos de dissolver o poder entre as elites locais para que os conflitos convergissem para dentro do aparelho burocrático lusitano, apresentando a Coroa como símbolo da justiça.

Nesse quesito, Vila do Carmo/Mariana se apresentava como bastante convidativa para se estabelecer como sede do poder “espiritual” em Minas, ficando a sombra da proximidade com a sede da Capitania e do governo “temporal”, Vila Rica. E as alterações que fossem necessárias em seu espaço urbano acabavam justificadas pela preocupação de estabelecer condignamente a povoação que, além do status hierárquico e da sede episcopal, passaria também a homenagear a figura da rainha de Portugal D. Maria Anna d’Austria, e deveria estar também de acordo com a augusta figura real.

Além disso, procuramos ressaltar que havia toda uma “estrutura artístico-construtiva” que cuidava do estabelecimento das povoações lusitanas na América Portuguesa, especificamente em Minas Gerais. Obviamente, os graus e as ações de interferência variavam de localidade para localidades, baseado, sobretudo, na hierarquia entre as localidades existentes. Um pequeno conjunto de casas, um povoado, acabava merecendo uma atenção menor do que uma localidade sede de paróquia, o núcleo de uma freguesia, que por sua vez tinha menos obrigações sobre o espaço urbano do que uma sede de Conselho, ou seja uma Vila. Essa diferença de algum modo também deveria se expressar entre uma localidade designada como Vila e outra designada como Cidade.

Dessa forma, embora Mariana tenha sido a única localidade nas Minas do século XVIII a receber o título de cidade, isso não faz de seu desenho arquitetônico ou da retidão de suas ruas uma exceção frente ao “desleixo” das demais povoações. É, antes disso, o exemplo de uma forma de urbanismo, por assim dizer, que se ocupa mais em observar as contingências específicas a cada localidade, debater as possíveis ações, escolher a mais útil e menos onerosa. Em maior ou menor grau, todas as povoações que ergueram com a colonização da América se organizaram a partir dessa interferência intermitente de seu respectivo conselho administrativo para garantir alguma ordem sobre o seu espaço urbano.

Fontes primárias

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Collego das artes da Companhia de Jezus, 1712. (edição *fac-símile* em CR-ROM).

Arquivo Histórico Ultramarino

AHU Brasil/MG; Cx.45 Doc: 92. Representação dos oficiais da Câmara da cidade de Mariana, expondo o dano que lhes advém do serviço de minerar pertencente a Antônio Botelho e seu irmão João Botelho de Carvalho, instalado na praia do Rio, do qual provem as inundações da cidade e solicitando provisão régia para que esse serviço seja interdito de assentar no referido local. CMD: 59229. Centro de Memória Digital. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Disponível em <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> acesso em 26/10/2012, às 16:22.

AHU Brasil/MG; Cx. 47 Doc: 32. Carta dos Oficiais da Câmara de cidade de Mariana, na qual opinam ser inatendível a proposta de execução de obras, de molde a evitar novas inundações e conseqüentes destruições na rua principal da cidade, devido ao estado de ruína total, não se justificando os gastos. CMD: 59374. Centro de Memória Digital. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Disponível em <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> acesso em 26/10/2012, às 16:26.

AHU Brasil/MG; Cx.51 Doc: 45. Requerimento de Manuel Cardoso Cruz e Manuel Teixeira Chaves, capitães de Ordenança da cidade de Mariana, solicitando a D.João-V a mercê de ordenar se ajustasse com os ditos a melhor forma de se evitar as inundações da cidade, causadas pelas cheias do ribeirão do Carmo. CMD: 59709. Centro de Memória Digital. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Disponível em <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> acesso em 26/10/2012, às 16:29.

Referências Bibliográficas

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Itatiaia, 1982.

CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS-EU, 2005.

D'ASSUMPCÃO, L. "Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas." *Revista do departamento de História da UFMG*. Belo Horizonte. N°9 pp.130-140, 1989.

FONSECA, C. "Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações." In: LISLY, Andrea & POLITO, R. *Termo de Mariana. História e Documentação*. vol.I. Ouro Preto: Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, 1998.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geo-ciências (IGC), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

RESENDE, Dejanira Ferreira. "*Arraia-miúda*" nos morros das Minas: conflitos sociais na Vila do Carmo, década de 1710. Monografia de bacharelado. Mariana, 2010.

SILVEIRA, Marco Antônio & ANTUNES, Álvaro. “Casa de Câmara e Cadeia: espaços e símbolos do poder em Mariana, (século XVIII).” Inédito. (cedido pelos autores)

TEDESCHI, Denise. *Águas urbanas: formas de apropriação das águas em Mariana (1745-1798)*. Campinas, SP : [s. n.], 2011. (dissertação de mestrado).

_____. ; ALFAGALI, Crislayne. “Índice de Obras públicas de Mariana (1715-1863).” Inédito (cedido pelas autoras).

VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. 4ed. Belo Horizonte, 1974. v.2.

¹ VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. 4ed. Belo Horizonte, 1974. v.2.

² ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Itatiaia, 1982.

³ VASCONCELLOS, Diogo *apud*: FONSECA, C. O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: LISLY, Andrea & POLITO, R. *Termo de Mariana*. História e Documentação. vol.I. Ouro Preto: Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, 1998. p.29.

⁴ Sobre a formação longitudinal dos arraiais, acompanhando os caminhos ver D’ASSUMPÇÃO, L. “Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas.” *Revista do departamento de História da UFMG*. Belo Horizonte. Nº9 p.130-140, 1989.

⁵ “Elementos da estabilidade, eram os escrivães quem estabelecia a ligação entre as sucessivas vereações, ajudando provavelmente os próprios juizes de fora, quando chegavam de novo a uma terra, a familiarizarem-se com a realidade local. A assistência, em muitos casos durante décadas, às vereações e outro actos administrativos, proporcionava-lhes um perfeito conhecimento dos assuntos municipais, tornando-os os principais depositários da memória camarária. Por isso, eram naturalmente auscultados pelas autoridades locais, particularmente em situações de especial complexidade. Autores, ou pelo menos responsáveis pela escrituração camarária, a eles devemos uma boa parte do que hoje conhecemos da administração municipal do Antigo Regime.” Cf. FONSECA, Teresa. “O funcionalismo camarário no Antigo Regime. Sociologia e práticas administrativas.” In: CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS-EU, 2005. p.80-81.

⁶ “Em tese, os signos oficiais, quando instituídos do sentido almejado, tornavam presente o poder régio. A linguagem constituída do poder, entretanto, se insere num movimento dialógico que pressupõe um receptor não apenas ativo, mas também dotado de horizontes de conhecimento específicos e capazes de condicionar a compreensão e a apropriação da mensagem. Assim considerando-se, os significados do poder se multiplicariam numa polifonia de semitons, criada pela recepção dos indivíduos.” In: SILVEIRA, Marco Antônio & ANTUNES, Álvaro. “Casa de Câmara e Cadeia: espaços e símbolos do poder em Mariana, (século XVIII).” Inédito. (cedido pelos autores) p.3.

⁷ A origem do nome parece bastante controversa. Os historiadores elencam três possibilidades principais: primeira, citada por Claudia Damasceno Fonseca, aponta que o vocábulo “corte” significava “afastamento”, “isolamento”; segundo, a possibilidade da rua ter abrigado pessoas mais nobres da

cidade, ganhando, por isso, o nome de *Rua das Cortes*; por fim, é discutível também a existência de um açougue, um “corte” de carne, na região.

⁸ MARX, M. *apud*: FONSECA, C. “Espaço urbano de Mariana.” *Op. Cit*, 1998. p.36.

⁹ Sobre o movimento de ocupação dos morros pelas atividades de mineração ver RESENDE, Dejanira Ferreira de. “‘Arraia-miúda’ nos morros das Minas: conflitos sociais na Vila do Carmo, década de 1710.” Monografia de bacharelado. Mariana, 2010.

¹⁰ “O terreno montanhoso, entregue sem defesa ao ímpeto das chuvas, perde o húmus, esboroa-se em largos sulcos que vêm se juntar aos talhos abertos das minerações, para dar à paisagem um aspecto ainda mais dilacerado.” Cf. LATIF *apud*: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências (IGC), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. p.82.

¹¹ APM. CMM. Códice 15. fls. 53-53v. *apud*: TEDESCHI, Denise. *Águas urbanas: formas de apropriação das águas em Mariana (1745-1798)*. Campinas, SP : [s. n.], 2011. (dissertação de mestrado). p. 46.

¹² “Na primeira metade do século XVIII, percebemos dois movimentos quanto às águas do ribeirão do Carmo: inicialmente, a proximidade; em seguida, a fuga. A trajetória urbana e a estruturação da cidade acompanhavam o itinerário dessas águas.” TEDESCHI, D. *Águas urbanas*. *Op. Cit*, 2011, p.40.

¹³ AHU Brasil/MG; Cx.45 Doc: 92. Representação dos oficiais da Câmara da cidade de Mariana, expondo o dano que lhes advém do serviço de minerar pertencente a Antônio Botelho e seu irmão João Botelho de Carvalho, instalado na praia do Rio, do qual provem as inundações da cidade e solicitando provisão régia para que esse serviço seja interdito de assentar no referido local. CMD: 59229. Centro de Memória Digital. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Disponível em <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> acesso em 26/10/2012, às 16:22.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ A esse respeito ver TEDESCHI, Denise; ALFAGALI, Crislayne. Índice de Obras públicas de Mariana (1715-1863). Inédito (cedido pelas autoras). Exclusivamente sobre os gastos da Câmara com cercos para as águas do Ribeirão ver a nota de rodapé 81 do já citado trabalho sobre as águas urbanas de Denise Tedeschi. TEDESCHI, D. *Águas Urbanas*. *Op. Cit*, 2011. p.47.

¹⁷ TEDESCHI, D. *Águas urbanas*. *Op. Cit*, 2011.

¹⁸ AHU Brasil/MG; Cx. 47 Doc: 32. f.7. Carta dos Oficiais da Câmara de cidade de Mariana, na qual opinam ser inatendível a proposta de execução de obras, de molde a evitar novas inundações e conseqüentes destruições na rua principal da cidade, devido ao estado de ruína total, não se justificando os gastos. CMD: 59374. Centro de Memória Digital. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Disponível em <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> acesso em 26/10/2012, às 16:26.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Rexas (castelheano) significa la clatura de bairro, por estar entrelaçados unos com otros em forma de rede. É o mesmo que grade. BLUTEAU. Volume 7, p.322. (versão digital)

²² AHU Brasil/MG; Cx. 47 Doc: 32. *Op.Cit.* f.7.

²³ *Ibidem.*

²⁴ *Ibidem.*

²⁵ *Idem.* f.8.

²⁶ *Ibidem.*

²⁷ *Ibidem.*

²⁸ *Ibidem.*

²⁹ *Idem.* f.10.

³⁰ *Idem.* f.10-10v.

³¹ *Idem.* f.10v.

³² *Ibidem.*

³³ *Ibidem.*

³⁴ *Idem.* f.11.

³⁵ *Idem.*

³⁶ AHU Brasil/MG; Cx.51 Doc: 45. f.2. Requerimento de Manuel Cardoso Cruz e Manuel Teixeira Chaves, capitães de Ordenança da cidade de Mariana, solicitando a D.João-V a mercê de ordenar se ajustasse com os ditos a melhor forma de se evitar as inundações da cidade, causadas pelas cheias do ribeirão do Carmo. CMD: 59709. Centro de Memória Digital. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Disponível em <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> acesso em 26/10/2012, às 16:29.

³⁷ *Ibidem.*

³⁸ *Idem.* f.3.

³⁹ *Ibidem.*

⁴⁰ *Idem.* f.3-3v.

⁴¹ *Idem.* f.3v.

⁴² *Ibidem.*

⁴³ *Ibidem.*

⁴⁴ *Ibidem.*

⁴⁵ *Idem.* f.4.

⁴⁶ *Ibidem.*

⁴⁷ *Ibidem.*

⁴⁸ “A descrição das irremediáveis enchentes servia como justificativa nas cartas enviadas ao Conselho (Ultramarino) para requerer as terras do pasto, pertencentes à Fazenda Real e em desuso. Afinal, os onerosos investimentos em obras públicas não surtiam efeito e o aforamento de terras livres das águas seria uma solução urbanística rentável e bem sucedida. Nos contratos de obras da Câmara, entre os períodos de 1738 a 1742, a quantia de 6:190\$000 de réis foi investida na construção e reparos dos cercos. Este número, com toda certeza, foi bem superior se considerarmos os prejuízos nos calçamentos, pontes, prédios públicos e também nas casas de particulares.” TEDESCHI, D. *Águas urbanas. Op. Cit*, 2011. p.47-48.